

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 28-8-2017.

---

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e vinte e três minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Felipe Camozzato, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Rafão Oliveira, Reginaldo Pujol e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, André Carús, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Zacher, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 230/17 e o Projeto de Resolução nº 040/17 (Processos nºs 2111 e 2110/17, respectivamente), de autoria da Mesa Diretora; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 033/17 (Processo nº 1833/17), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 029/17 (Processo nº 1777/17), de autoria de Mauro Pinheiro; o Projeto de Lei do Legislativo nº 222/17 (Processo nº 1995/17), de autoria de Moisés Maluco do Bem; e o Projeto de Resolução nº 041/17 (Processo nº 2147/17), de autoria de Mônica Leal. Também, foi apregoado o Memorando nº 021/17, de autoria de Márcio Bins Ely, informando, nos termos dos §§ 6º e 7º do artigo 227 do Regimento, sua participação, no dia vinte e quatro de agosto do corrente, no Grande Expediente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul sobre Getúlio Vargas, no Palácio Farroupilha, em Porto Alegre. Em PAUTA, Discussão Preliminar, 2ª Sessão, estiveram o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 012/17, o Projeto de Lei do Legislativo nº 230/17, o Projeto de Lei do Executivo nº 020/17 e o Projeto de Resolução nº 040/17. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Cláudio Janta. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em continuidade, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado, nos termos do Requerimento nº 147/17 (Processo nº 2104/17), de autoria da Mesa Diretora, a assinalar o transcurso do Dia do Corretor de Imóveis. Compuseram a Mesa: Cassio Trogildo, Presidente; José Antônio de Andrade Godoy, Conselheiro Federal do Sistema COFECI-CRECI; Sandra Mara da Silva Camargo, Conselheira Federal do Sistema COFECI-CRECI; Adir Zöhler, Diretor Tesoureiro do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 3ª Região – CRECI-RS – ; e Sandro Polachini de Moraes, Diretor do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado do Rio Grande do Sul. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Márcio Bins Ely, em nome da Mesa Diretora. Após, o Presidente concedeu a palavra a José Antônio de Andrade Godoy e a Adir Zöhler, que se pronunciaram sobre a presente solenidade. Os

trabalhos foram suspensos das quinze horas e quatorze minutos às quinze horas e quinze minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Prof. Alex Fraga, Moisés Maluco do Bem e Fernanda Melchionna. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Alvoni Medina, Mendes Ribeiro, Rafão Oliveira, este em tempo cedido por Paulo Brum, e Marcelo Sgarbossa, este em tempo cedido por Sofia Cavedon. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e um minuto às dezesseis horas e quarenta e dois minutos para realização de reunião conjunta de Comissões Permanentes. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Moisés Maluco do Bem e Rodrigo Maroni. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Durante a Sessão, foram registradas as presenças de adolescentes do Centro de Referência Especializado de Assistência Social Norte/Noroeste, em visita orientada integrante de Projeto de Educação Política desenvolvido pela Seção de Memorial deste Legislativo, e de Maria do Rosário, deputada federal. Às dezessete horas e vinte e dois minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Passamos à

### **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **2ª SESSÃO**

**PROC. Nº 2260/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 012/17**, que institui o Programa de Recuperação Fiscal (REFISPOA 2017).

**PROC. Nº 2284/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 020/17**, que autoriza a abertura de créditos especiais no Poder Executivo Municipal, no valor de R\$ 5.402.975,00 (cinco milhões, quatrocentos e dois mil e novecentos e setenta e cinco reais).

**PROC. Nº 2111/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 230/17**, de autoria da Mesa Diretora, que altera o *caput* do art. 43 e o Anexo I da Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986 – que estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, dispondo sobre a percepção de gratificações que especifica durante afastamento do servidor, alterando os requisitos para o recrutamento dos cargos em comissão ou funções gratificadas de Diretor-Geral, Diretor Administrativo e Diretor de Patrimônio e

Finanças e as descrições sintética e analítica das atribuições dos cargos efetivos de Ajudante Legislativo e incluindo requisito para o recrutamento do cargo em comissão de Assessor Parlamentar de Gabinete.

**PROC. Nº 2110/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 040/17**, de autoria da Mesa Diretora, que inclui al. *i* no inc. II do *caput* e parágrafo único no art. 15 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, dispondo sobre as atribuições da Mesa Diretora.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta. Informo aos Vereadores que corremos as Pautas, conforme combinado na reunião de Líderes e, no decorrer desta Sessão, teremos Reunião Conjunta das Comissões.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, membros desta Casa, há 30 dias, eu venho a este púlpito, vou às redes sociais, também pessoalmente, fazer um apelo ao Sr. Prefeito de Porto Alegre – eu, que sou Líder deste Governo, aqui, nesta Casa, junto com outros Pares, participei de toda sua campanha – para que revogue o decreto que começou a vigorar no dia de ontem, que retira a meia passagem da população de Porto Alegre.

O Prefeito Marchezan – volto a afirmar que sou seu Líder aqui nesta Casa –, durante a sua campanha, fez uma proposta de abrir os postos de saúde até as 22h e vem avançando nessa questão, já abriu dois postos e vai abrir o terceiro. O Prefeito diz que vem fazendo isso e que vem alcançando índices melhores de educação em Porto Alegre com ampliação da escola de tempo integral. O Prefeito, na sua campanha, disse que a questão da segunda passagem não seria tocada – afirmou isso nas reuniões que tivemos dentro da Prefeitura; o Prefeito que hoje lançou 208 leitos na cidade de Porto Alegre.

Então eu venho aqui para pedir, encarecidamente, ao Prefeito que revogue esse decreto. Isso vai acarretar uma despesa para o trabalhador de R\$ 120,00. O Prefeito vem trabalhando com as pessoas mais carentes desta Cidade. O Prefeito, que vem melhorando as condições de vida das pessoas, não pode levar esse custo para as mesas dos trabalhadores, porque, se o pequeno empreendedor, a pessoa que emprega uma empregada doméstica, a pessoa que emprega um jardineiro, o pequeno lojista, o pequeno empresário que emprega o trabalhador não vai arcar com esse custo de R\$ 120,00. Prefeito Marchezan, esse não foi o nosso compromisso de campanha, que até agora está sendo cumprido, e não incluía a segunda passagem! O nosso compromisso de campanha não incluía onerar a pequena e média empresa. O nosso compromisso de campanha não incluía colocar R\$ 120,00 a mais na mesa das pessoas. Venho novamente implorar ao Prefeito de Porto Alegre que revogue esse decreto! Não podemos dar R\$ 0,22 para a ATP. Não é a figura da ATP, mas o seu choro de que está passando por necessidade! Ver. Valter, Ver. Pablo Mendes, Ver. Mônica, Ver. Mauro, Ver. Camozzato, nós teríamos de dar isenção de IPTU para centenas, milhares de empresas

de Porto Alegre que geram emprego e que estão passando por necessidade! O comércio, os serviços, os taxistas de Porto Alegre não teriam mais que pagar as taxas que pagam para a EPTC! Chega de a ATP ficar chorando para levar R\$ 0,22 do bolso das pessoas, chega! Acho que o Prefeito Marchezan, um homem digno, honrado, que, por falta de conhecimento, por não saber lidar com essas pessoas que foram no seu ouvido dizer que estão passando por necessidade, pode muito bem revogar esse decreto. Ou eles baixam R\$ 0,22 da passagem de ônibus. Agora, o que não pode é onerar as pequenas empresas, as pessoas em R\$ 0,22; o que não pode é onerar o trabalhador em R\$ 120,00 ao mês. Venho, novamente, como Líder do Governo, pedir ao Prefeito que revogue esse decreto...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** ...esse decreto que tira dinheiro da mesa do trabalhador. Esse decreto que tira dinheiro dos empreendedores; esse decreto que só beneficia as empresas de ônibus que entraram em uma licitação sabendo que tinha isenção no sistema de transporte de Porto Alegre. Ninguém os convidou a entrar no jogo sem eles saberem o jogo que estava sendo jogado.

Então, Prefeito Marchezan, tenho certeza que essa voz não é só minha. Essa voz é de vários Pares aqui da Câmara, da base do Governo, independente, e da oposição, que pedem, junto com a população de Porto Alegre, que V. Exa. revogue esse decreto para isenção no sistema de transporte em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. MÁRCIO BINS ELY (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornamos à ordem normal.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

## COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a homenagear o Dia do Corretor de Imóveis, nos termos do Requerimento nº 147/17, de autoria da Mesa Diretora.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. José Antônio de Andrade Godoy, Conselheiro Federal do Sistema Cofeci/Creci; a Sra. Sandra Mara da Silva Camargo, Conselheira Federal do Sistema Cofeci/Creci; o Sr. Adir Zöehler, Diretor Tesoureiro do

Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 3ª Região – Creci-RS; o Sr. Sandro Polachini de Moraes, Diretor do Sindimóveis.

Registro Ofício do Sr. Ivo José Pacheco, Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Gravataí. (Lê): “Ao cumprimentá-lo, a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Gravataí, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Ivo José Pacheco, apresenta o Sr. Celso Falavinha a representá-lo no Dia do Corretor de Imóveis, visto que nesse dia temos eventos dos 13º Jogos da Terceira Idade.” Seria muito bem-vindo o Sr. Celso.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações e falará em nome da Mesa Diretora.

**O SR. MÁRCIO BINS ELY:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero agradecer a presença dos corretores de imóveis que abrilhantam a sessão de hoje. Permitam-me também agradecer a presença da Associação dos Aposentados de Gravataí e Cachoeirinha, na pessoa do Celso Falavinha, Presidente. Quero agradecer também à imprensa, que acompanha os trabalhos na nossa tarde. Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, ontem, dia 27 de agosto, completam-se 55 anos da primeira legislação que regulamentou a profissão dos corretores de imóveis no Brasil. A Lei nº 4116/62 trouxe a primeira regulamentação que depois foi revogada pela Lei nº 6530, que também estruturou as representações do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis. Hoje, com muita honra, acumulo aqui a função de Vereador e presido o Conselho Regional dos Corretores de Imóveis e queria falar um pouquinho dessa profissão maravilhosa. Eu, desde pequeno, fazia plantão, Presidente, pois meu vô é corretor de imóveis; meu pai e meu irmão são corretores de imóveis; a minha madrasta, que está aqui, também é corretora de imóveis. Então, lembro que com oito, nove anos de idade fazia plantão com meu pai nos finais de semana e hoje, com a confiança da categoria, estou em frente à representação do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis. A gente procura, no dia a dia da nossa profissão, Ver. Rafão, aplicar sempre a regra de ouro que diz: “Faça aos outros aquilo que gostaria que fosse feito a você”. Então, esse é o cotidiano do corretor de imóveis.

Na corretagem, a gente tem muita parceria: muitas vezes o Adir tem a casa para vender, mas quem tem o comprador é a Sandra. Na corretagem, prefiro sofrer uma injustiça a cometer uma injustiça. Corretor de imóveis faz a parceria muitas vezes na compra e venda, na locação. A nossa profissão tem um leque de oportunidades. Muitos aqui trabalharam na constituição de uma carteira de locações, outros trabalham na compra e venda de propriedades rurais, outros no aluguel por temporada, alguns, através do registro nacional de avaliador imobiliário, trabalham junto ao Judiciário, fazendo perícias e avaliações. Então, realmente é uma profissão fascinante, e a gente fica muito contente que a Câmara Municipal, quando completados esses 55 anos de profissão regulamentada, faz, através deste período de Comunicações, durante uma Sessão plenária, esta homenagem. Quero também dizer que para nós, corretores de imóveis, a nossa batalha não é procurar ser um melhor que o outro, não batalhamos para

ser um corretor melhor do que o outro. O nosso constante desafio é ser melhor para os outros, para aqueles que confiaram e confiam em nós a responsabilidade da realização de um sonho, qual seja, o sonho da casa própria.

**O Sr. Valter Nagelstein:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.). Quero cumprimentar, em especial, o proponente, nosso colega Ver. Bins Ely, porque tive a felicidade, assim como o Secretário Bins Ely, de ser o Secretário de Urbanismo da Cidade, que tem a ver exatamente com a construção civil, com a cadeia econômica da construção civil. Pude, inclusive me apaixonar pelo tema e sair dali para fazer uma pós-graduação, especialização em Direito imobiliário, que conclui agora no final do mês passado, quando pude atestar e verificar uma vez mais aquilo que já tinha quase como uma impressão da importância do corretor de imóveis na estruturação dos negócios, na prospecção dos negócios, no apoio a quem vai comprar, no apoio a quem vai vender, inclusive ao lado do advogado na segurança jurídica da realização desses negócios de buscar uma área, de ir atrás duma DM, de ter as informações urbanísticas a respeito disso, de ajudar os *brokers*, como se chamam os desenvolvedores, os incorporadores, a fazer toda essa estruturação e fazer andar esse segmento tão importante que é a construção civil. O corretor é uma engrenagem que compõe um sistema maior, tão importante para fazer com que essa roda ande. V. Exa., meu caro colega, está de parabéns, como Presidente do Conselho; estão de parabéns os corretores e as corretoras do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil por esse trabalho tão importante que fazem, dinamizando esse setor da sociedade, gerando emprego, gerando renda, trazendo desenvolvimento ao nosso País. Parabéns, Ver. Bins Ely; parabéns a todos vocês!

**O Sr. Aírto Ferronato:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero dizer da importância de estar aqui nesta tarde, com os senhores e as senhoras, comemorando o Dia do Corretor de Imóvel. Quero cumprimentar o amigo e Vereador Márcio Bins Ely, Presidente do Conselho do Rio Grande do Sul, que propôs esta homenagem. Eu tenho a grata satisfação de estar aqui no dia de hoje, até porque a minha esposa é corretora de imóveis. Então, tratar do Dia do Corretor, para nós, e para mim, em particular, é motivo de alegria. Precisamos cumprimentá-los pelo que expressa e representa a categoria no Estado, em Porto Alegre e no País, e também cumprimentar o Ver. Márcio pela homenagem que se faz. Nós estamos juntos, integrados a esta homenagem. Parabéns, um abraço a todos.

**O Sr. Mauro Zacher:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Gostaria de que me permitissem fazer o meu reconhecimento a esta categoria tão importante e tão relevante para a economia do País, do Estado, do Município, mas uma saudação especial ao nosso presidente do Creci, Márcio, amigo de muitos anos. Vocês estão tendo a oportunidade de ter um grande líder e administrador, hoje, à frente de todos os corretores. O Márcio é

uma liderança que iniciou muito jovem: foi presidente de centro acadêmico, de DCE, enfim, percorreu várias entidades, sempre com muita agilidade, determinação e desprendimento. Ele, quando assume, se entrega de corpo e alma. É isso o que a gente tem acompanhado aqui na Câmara, e eu sento ao lado dele como colega Vereador e como amigo de muitos anos..

Então eu quero aqui fazer uma saudação especial a toda essa categoria que garante, àquele que vai comprar o seu imóvel, ter todas as informações necessárias. Engana-se quem acha que vai fazer uma compra sem o corretor, vai comprar direto achando que está fazendo economia; pode estar gerando uma grande despesa, um passivo para o seu futuro. São muito importantes atos na Câmara em que a gente tem oportunidade de referendar um colega, um amigo, um grande Vereador que está à frente do Creci nos orgulhando e fazendo o seu melhor, como sempre foi na sua caminhada.

Parabéns aos corretores, sobretudo a esse amigo, companheiro, Ver. Márcio Bins Ely. Toca à frente que capacidade e liderança tu tens de sobra. Um abraço.

**O SR. MÁRCIO BINS ELY:** Obrigado, Ver. Mauro Zacher.

**O Sr. Reginaldo Pujol:** V. Exa. permite um aparte?

**O SR. MÁRCIO BINS ELY:** Ver. Pujol, com muita honra eu lhe concedo um aparte.

**O Sr. Reginaldo Pujol:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Sintam-se todos, obviamente, muito em casa, porque, em verdade, esta Casa tem um carinho muito especial pela atividade que os senhores e as senhoras exercem. Pessoalmente, eu me sinto, meu caro Ver. Márcio Bins Ely, muito emocionado inclusive em me manifestar no Dia do Corretor. V. Exa. sabe que eu devo grande parte da minha vida a uma figura excepcional que foi meu pai, corretor de imóveis, que me auxiliou a pagar um dos meus cursos universitários; inclusive, foi preciso que eu fizesse alguns biquinhos, com os quais eu consegui algum resultado que amenizava a minha dificuldade de estudante na época. Meu pai é um dos integrantes da primeira leva de corretores legalizados – seu nome está lá placa alusiva à época, e eu não posso deixar de me emocionar toda vez que algo semelhante ocorre, justificando essa minha boa lembrança. Eu queria, Vereador, cumprimentá-lo; sei do seu dinamismo como homem público, muito eficiente nos inúmeros desafios que recebeu, agora capitaneando o conselho de representantes da sua categoria profissional. Saiba e leve aos seus companheiros, aqui muito bem representados, bem como dos tantos que não podem estar aqui no dia de hoje, mas que lhe ouvem na sua condição de líder da categoria, a nossa crença de que, na crise econômica em que o País vive nos dias de hoje, a importância e relevância do corretor de imóveis se agigante na medida em que a dificuldade das transações imobiliárias se dificulta pela própria crise, e que a criatividade, a inteligência, o preparo e a competência, têm que se sobrepor a tudo isso.

Um abraço ao amigo, aos nossos homenageados. Tenho fé que o trabalho bem realizado pelos nossos corretores de imóveis por todo este Estado e por todo este Brasil será decisivo na superação dessa crise que já se alonga e que precisamos superar a todo momento, a qualquer custo.

**O SR. MÁRCIO BINS ELY:** Muito obrigado, Ver. Pujol.

**A Sra. Mônica Leal:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Márcio, parabéns por esta justa e merecida homenagem no Dia do Corretor de Imóveis. Peço licença ao Presidente, aos senhores da Mesa, para cumprimentá-los em nome da Sandra que está aqui hoje – como mulher, faço questão de registrar a importância da tua figura no comando. Nós sabemos que esse trabalho mexe com os sonhos, dá asas aos sonhos de tantas pessoas na busca da sua casa, do seu apartamento, do seu lar, um corretor tem que atender essas necessidades, assim como também precisa resolver problemas, perdas, fechamentos de ciclos de vida, então, costumo dizer que a figura do corretor tem um papel extremamente nas famílias, na condução dos sonhos e dos fechamentos. Atrevo-me a dizer que, se eu não fosse política, seria corretora, porque eu acho que é uma profissão que lida com pessoas, que conversa, que fala, que compartilha, que procura realizar. Eu acho, realmente, incrível. Meus parabéns, que vocês consigam, cada vez mais, a valorização da categoria e a busca de alternativas que possam disponibilizar ferramentas para que esse trabalho seja efetivamente bem feito, em plenas condições. Parabéns.

**O SR. MÁRCIO BINS ELY:** Muito, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal.

**O Sr. Rafão Oliveira:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Parabéns, Ver. Márcio Bins Ely, pela justa homenagem ao Dia do Corretor de Imóveis. Quero dizer aos senhores que eu já fui um agenciador de imóveis, quando eu tinha 16 anos, foi meu primeiro emprego. E ali eu pude ver todo o comprometimento, já naquela época, da necessidade do bom caráter e da boa formação do corretor e do agenciador de imóveis. Acima de tudo, os senhores têm a responsabilidade de realizar um sonho: o sonho da casa própria, garantindo todas as garantias jurídicas do contrato de compra e venda para que a pessoa saia dali feliz e realizada, talvez, com o seu único e mais grandioso sonho, que é ter a casa própria. Mais do que nunca, a regulamentação de suas profissões, as suas seriedade e competência engrandecem a profissão. Em contrapartida, eu quero dizer que eu também, como policial, fui agraciado e condecorado pelo Creci. Então, eu colaborava com a revista dos corretores, dando dicas de segurança, que eu sei que vocês sofrem muito nos plantões com assaltos, quando roubam *notebooks*, e que já foram feitas até propostas na Polícia Civil, da qual faço parte, para que haja rondas nesses plantões. Mas, infelizmente, em Porto Alegre, faltam três mil brigadianos aproximadamente, e a nossa segurança pública está muito aquém do que nós necessitamos. Em cima disso, eu aproveito para fazer um grande apelo, para que



aumente o efetivo da segurança pública do Rio Grande do Sul, que haja investimento em segurança pública para que justamente, profissionais como os senhores consigam trabalhar e realizar sonhos com segurança e com liberdade, sem precisar se preocupar com que relógio irá trabalhar, onde deixará seu carro, que tipo de *notebook* irá levar ou telefone. Eu parabeno a todos e o meu muito obrigado por estar aqui presente e prestar esta homenagem aos senhores. Obrigado.

**O SR. MÁRCIO BINS ELY:** Muito obrigado, Ver. Rafão. Eu agradeço a todas as bancadas que se manifestaram, reitero aqui a nossa gratidão a Câmara Municipal por esta homenagem. Tenho certeza que os nossos convidados também irão se manifestar – destacamos aqui algumas ações importantes da gestão no sentido da desburocratização. Hoje, já estamos conseguindo entregar as carteiras do estágio de maneira instantânea. Nós temos hoje uma realidade no Rio Grande do Sul que é o exercício ilegal da nossa profissão e o combate ao seu acobertamento, que acontecem de maneira muito significativa infelizmente. Estamos buscando parceria com o Ministério Público, com a Polícia Civil, parcerias que possam combater esse exercício ilegal. Mal comparando aqui, não veremos ninguém fazendo uma audiência no fórum e levando um processo em carga para casa se não for advogado. Ninguém vai realizar um procedimento cirúrgico se não for médico. Mas o corretor de imóveis enfrenta diariamente o exercício ilegal e o seu acobertamento. Esses dias ainda, estávamos visitando o litoral, e agora chegou mais um concorrente para enfrentar o nosso mercado imobiliário. No litoral, quando o pessoal chega para abastecer o carro, no posto de gasolina, já tem alguém oferecendo um aluguel por temporada. Essas são as nuances da nossa profissão, como foi dito aqui, a responsabilidade de realizar sonhos é algo que encanta, que fascina. O corretor de imóveis é aquele que tem que sair de casa todos os dias de peito estufado, com brilho no olho, de cabeça erguida, para convencer, para vender. Então queremos prestar esta homenagem a esses guerreiros e guerreiras tão valorosos.

Referente a esse destaque que a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal deu para as mulheres, na presença da Sandra aqui na Mesa, somente dois Estados da federação têm conselheiras federais mulheres; um desses dois Estados é o Rio Grande do Sul – temos aqui a nossa Diretora Viviane –, em todas as instâncias deliberativas do conselho nós temos a presença da corretora nos agraciando com sua sensibilidade nas nossas decisões, inclusive, muito especialmente o nosso reconhecimento à palavra final na compra e venda do imóvel, que é a opinião das mulheres no dia a dia na nossa profissão.

Mas trouxemos aqui alguns *slides*, estamos divulgando o Prêmio Creci Corretor do ano, a renovação da frota, a nova carteira em PVC, que é uma modernidade da nossa gestão, e todo o sistema – estamos migrando para uma identificação mais moderna, renovando as nossas delegacias. Hoje são 38 delegacias no Rio Grande do Sul, com 17 escritórios físicos, e estamos modernizando essa capilaridade na representação no Rio Grande do Sul.

Em nome, então, dos 27 mil corretores de imóveis ativos, dos quais 5 mil imobiliárias, agradecemos à Câmara Municipal de Porto Alegre por esta homenagem e pela atenção de todos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Sr. José Antônio de Andrade Godoy, Conselheiro Federal do Cofeci/Creci, está com a palavra.

**O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE ANDRADE GODOY:** Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver. Cassio Trogildo, colega Sandra, Adir, Sandro, agradeço o recebimento de braços abertos que a Câmara sempre presta à categoria dos corretores de imóveis. Em conversa com o Presidente do Cofeci, Sr. João Teodoro da Silva, lhe manda, Ver. Cassio, por ter aberto as portas desta Casa, a Casa do povo porto-alegrense, para esta homenagem.

Nos meados do mês de agosto, agora, nós tivemos em Brasília um encontro para ver a agenda legislativa: mais de 60 projetos estão sendo discutidos no Congresso Nacional por vários Deputados e Senadores. Isso mostra a importância que a cadeira produtiva imobiliária tem na sociedade brasileira, sendo, talvez, o maior percentual do PIB do Brasil. Também assinamos, em Brasília, neste ano, com a Caixa Econômica Federal, autorização para que os corretores de imóveis possam fazer a venda dos imóveis retomados. Nessa primeira leva, serão mais de dez mil imóveis, regularizando-os e dando a oportunidade para que o cliente de baixa renda possa comprar seu imóvel.

Presidente Cassio, agradeço em nome dos corretores de imóveis do Brasil a homenagem e ao Ver. Márcio Bins Ely por ser esse companheiro do dia a dia, ajudando essa categoria a ter cada vez mais o reconhecimento que ela merece. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Obrigado, Sr. José Antonio. O Sr. Adir Zöhler, Diretor Tesoureiro do Conselho Regional de Corretoras de Imóveis da 3ª Região, Creci-RS, está com a palavra.

**O SR. ADIR ZÖEHLER:** (Saúda componentes da Mesa e demais presentes.) É com imenso prazer que recebemos esta homenagem da Câmara Municipal aos corretores de imóveis de todo o Brasil pela passagem do seu dia, que ocorreu neste domingo dia 27 de agosto. Nossa profissão foi regulamentada há exatamente 55 anos pela Lei nº 4.160, de 27 de agosto de 1962, resultado da luta dos que nos precederam na defesa da categoria e respeito às normas do exercício profissional. Hoje, cabe a todos nós seguirmos com garra e determinação os passos desses pioneiros em defesa do aprimoramento e valorização profissional da nossa categoria.

A profissão surgiu nas primeiras décadas do século XX, quando o desenvolvimento das cidades impulsionou a comercialização de imóveis, por meio de

anúncios em jornais. A intermediação imobiliária passou a ser uma forma de subsistência. O agente imobiliário se consolidou como profissão e surgiu para viabilizar negócios em ambientes sociais e econômicos cada vez mais complexos, e a regulamentação tornou-se fundamental para o reconhecimento social da figura do corretor. A partir dos anos 30 a categoria começou a se organizar no Brasil. Em 1940, a profissão já era sistematizada e passou, cada vez mais, a ser reconhecida pela sociedade. A regulamentação foi, como já mencionamos, por meio da Lei nº 4.160, de 27 de agosto de 1962, e em seu artigo 9º criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos corretores de imóveis para fiscalizarem o exercício da profissão. Essa regulamentação veio para evitar a atuação de pessoas sem preparo para atender bem ao cliente, objetivo precípuo de nossa atividade, além de valorizar quem está legalmente habilitado. Nossa profissão se consolidou no país nos anos de 1980 e 1990. Hoje, existem 26 conselhos regionais responsáveis pela fiscalização do exercício profissional.

A prestação de serviços e o apoio na realização do melhor negócio caracterizam o trabalho do corretor de imóveis. Nosso trabalho não se restringe mais à comercialização ou aluguel de uma propriedade. As transações imobiliárias são complexas, não basta apenas pesquisar na internet e negociar. O corretor de imóveis analisa o mercado, aproxima as partes, entende as necessidades do cliente, facilita a geração de negócios e, principalmente, oferece segurança. É o profissional que busca atender a todas as necessidades do cliente, em termos de localização da propriedade, acesso aos meios de transporte e segurança, além de verificar se o imóvel é próximo de escolas, supermercados, bancos, entre outras facilidades do dia a dia. É esse profissional que tem o desafio de encontrar o imóvel que esteja de acordo com a renda do cliente e que atenda a todas as suas expectativas. Além disso, precisa conhecer muito sobre o mercado imobiliário em relação a fatores como valorização e depreciação de cada bem e possuir informações importantes sobre investidores e o público-alvo para cada imóvel em oferta, fazendo com que a transação imobiliária seja bem sucedida.

Em tempos de informática e alta velocidade na transmissão de informações, o corretor foi cada vez mais se aprimorando para atender as exigências do cliente e oferecer serviços de qualidade. É um consultor que assessora o cliente em todas as fases da comercialização do bem. Para isso, precisa ter domínio de várias áreas do conhecimento, como por exemplo, o planejamento urbano da Cidade e seu desenvolvimento, definidos pela lei do Plano Diretor. Sua participação é fundamental na averiguação dos aspectos legais envolvidos na transação, como a aprovação da planta pela Prefeitura, a inexistência de planos de desapropriação, a regularização do titular do imóvel e outros aspectos.

A parte contratual também exige uma grande atenção. É importante certificar-se sobre a qualificação completa do proprietário, a descrição detalhada do imóvel e a declaração da inexistência de débitos, entre outros itens.

A excelência da corretagem imobiliária representa cada vez mais uma função essencial para o bom desempenho do mercado do setor. Parte da poupança mundial se encontra aplicada em ativos imobiliários. Esta constatação, por si só, é suficiente para que possamos avaliar a importância do mercado imobiliário brasileiro, o

quanto ele representa no conjunto da economia global e a necessidade de o corretor se preparar para enfrentar este desafio.

O fortalecimento e evolução da atividade de corretor de imóveis são fundamentais. Nós operamos na ponta de um dos mais importantes segmentos da economia nacional: o da construção civil, que possui um dos mais relevantes percentuais na participação do Produto Interno Bruto brasileiro para atender ao potencial mercadológico nacional. E com a necessidade de adaptação às normas emergentes, demandas de mercado, precisamos nos preparar para a articulação de conceitos, argumentos de interpretação, valorização dos fenômenos sociais, respeitar as questões ambientais e exercer a responsabilidade social. Considerando todas essas razões e o alcance da importância do corretor para o cliente, apresentamos o Projeto de Lei nº 2017/15, que propõe que as escrituras públicas de compra e venda de imóveis informem a pessoa física ou jurídica responsável pela intermediação, o valor recebido, número de inscrição junto ao Creci e CPF ou CNPJ para proporcionar um ambiente positivo que transmita confiança e possibilite aos corretores o exercício da profissão em sua plenitude.

O Creci do Rio Grande do Sul atua de forma firme cumprindo suas atribuições legais para tender aos profissionais do Estado. A gestão reconstrução, que assumiu em 2016, promoveu uma série de transformações para fortalecer e valorizar mais oportunidades à categoria. Aprimoramos a fiscalização profissional, aperfeiçoamos processos internos de gestão, modernizamos o parque tecnológico e a frota de veículos da fiscalização, implantamos o portal transparência e realizamos uma série de melhorias nas 17 delegacias no interior do Estado, realizando todas as requisições de bens e contratações de serviços, conforme a legislação. Todas as medidas visam a realizar uma gestão mais eficiente na fiscalização e defesa da categoria e oferecer serviços...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**O SR. ADIR ZÖEHLER:** ...de qualidade aos inscritos no conselho. Outro exemplo dessa meta é o clube de benefícios que oferece desconto aos corretores em produtos e serviços por meio de parcerias, O incentivo à participação feminina no conselho é um avanço importante e significativo. Nossa diretoria tem uma corretora e doze conselheiras mulheres, sete efetivas e cinco suplentes. As comissões também são integradas por mulheres corretoras. O ponto alto na participação feminina foi a realização do I Encontro Estadual de Corretoras de Imóveis do Rio Grande do Sul no mês de março. O evento pioneiro teve 270 corretoras de imóveis inscritas.

Para finalizar, deixo aqui meu reconhecimento às corretoras e corretores do Rio Grande do Sul, profissionais empenhados em superar os desafios atuais que ajudam a impulsionar o desenvolvimento econômico do País, atendam os clientes com respeito e fundamentam sua atuação em princípios éticos. Nada supera a participação do corretor

na transação imobiliária. As ferramentas de internet e redes sociais são importantes, mas só o conselho, o apoio e a capacidade de atender as expectativas dos clientes possibilitam a realização de sonhos.

Convido a todos para participarem das comemorações da Semana Municipal do Corretor de Imóveis, incluída no calendário oficial de Porto Alegre pela Lei nº 11.604, de 12 de maio de 2014, aprovado por esta Câmara Municipal, a partir de um projeto de lei que apresentamos. Nesta terça-feira, 29, às 19h30min, teremos um jantar por adesão em homenagem ao dia do Corretor de Imóveis no 35 CTG Churrascaria Roda de Carreta, na Av. Ipiranga, 5.300. Uma boa tarde a todos. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Chegando ao final desta homenagem, quero parabenizar a todos os corretores de imóveis, em especial ao Ver. Márcio Bins Ely, que fez essa proposição para a Mesa Diretora, e agradecendo a presença do Sr. José Antonio Andrade Godoy, Sras. Sandra Maria da Silva Camargo, do Sr. Adir Zoehler e do Sr. Sandro Polachini de Moraes, encerramos o presente período de Comunicações. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h14min.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h15min):** Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra em Comunicação de Líder.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, eu me inscrevi logo após o Ver. Cláudio Janta falar em Liderança, e me somo a ele quanto à demanda da retirada do projeto, que termina com o segundo passe dos nossos ônibus aqui da Cidade. Eu estou me inscrevendo para registrar e cumprimentar o Prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan. Agora, na sexta-feira, nós estivemos presentes num ato ali no DEP, na Av. Sertório, que marca o início de mais uma grande obra de drenagem aqui para a Cidade, que é a obra de macrodrenagem da Bacia do Arroio do Moinho. São 7,7 quilômetros, praticamente 8 quilômetros de rede de macrodrenagem, sete bacias de contenção, um total de R\$ 106 milhões, que vai beneficiar, em 14 bairros, 180 mil pessoas, ou seja, aproximadamente, 12% dos cidadãos e cidadãs aqui de Porto Alegre. E também haverá a reforma da nossa casa de bombas aqui da Av. Sertório. Faço esse registro, porque lá em 2001 a 2004, quando estávamos dirigindo o DEP, fomos nós que, naquele período, elaboramos o projeto, e aquele projeto, dentre 22 que elaboramos, levei a Brasília, ao Ministério das Cidades, e a gente vê, 10/12 anos depois, o início dessa grande obra, que teve, sim, a nossa participação direta, mas que também teve – e merece o nosso registro e cumprimentos – uma participação decisiva e ativa dos servidores do DEP. Portanto,

aqui o nosso abraço a todos, especialmente aos servidores do DEP, pelo início dessa obra que terá 52 meses para a conclusão e, repito, beneficiará 180 mil porto-alegrenses. Lamentavelmente, Porto Alegre extinguiu, terminou com o nosso Departamento de Esgotos Pluviais; respeito essa ação, mas discordo dela, porque acho que Porto Alegre tinha no DEP um grande parceiro no pensar, desenvolver e agir no combate aos alagamentos na nossa Cidade. Aqui quero fazer esse registro e dizer da importância que foi e que estão sendo os servidores do DEP desde o planejamento inicial, a nossa ida a Brasília levar o projeto, até agora, a execução da obra. Repito: das em torno de 22 obras cujos projetos elaboramos de macrodrenagem, hoje a esmagadora maioria já foi executada, algumas ainda em execução e agora começam as obras da bacia do Arroio da Areia. É o nosso registro, um abraço a todos e parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Registro a presença da ex-Vereadora desta Casa, a Deputada Federal Maria do Rosário – seja muito bem-vinda.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. ALDACIR OLIBONI:** Saúdo o nosso Presidente da Casa, Ver. Cassio Trogildo; colegas Vereadores e Vereadoras, cumprimento de modo especial a nossa Deputada Maria do Rosário, que nos faz uma visita aqui na Câmara. Cidadãos e cidadãs, hoje nós, que vivemos o dia a dia e as repercussões das notícias, mais precisamente do Governo Municipal, estamos muito tristes na medida em que, Ver. Aírto, o Governo, num canetaço, tira o direito do cidadão de ter a segunda passagem. Ver. Cláudio Janta, V. Exa., há pouco, se pronunciou dizendo da urgência de o nobre Prefeito retirar de tramitação esse projeto que trata das isenções. Esse que ele fez por decreto para acabar com a segunda passagem, Ver. Alex, não só mexe com uma parcela pequena da população, mais de 30% dos trabalhadores utilizam a segunda passagem. Não tem como dizer que isso não estava programado; que, na hora da licitação, não estava programado. É claro que estava! Tanto é que o Prefeito autoriza para acabar com a segunda passagem, e ela não reduz de custo, continua o mesmo preço. Então, de fato, nós percebemos, Ver. Tarciso, que esse canetaço do nobre Prefeito dialoga, sim, com o *lobby* – como foi muito bem dito hoje pela manhã, na Rádio Gaúcha, pela jornalista Rosane Oliveira, que disse que, de fato, o Prefeito atende *lobby* dos empresários. O Prefeito pode não ter gostado, mas é a realidade! Ele não fez audiência pública aqui na Casa, ele não dialogou com o conjunto da população e, simplesmente, num canetaço, acabou com a segunda passagem.

Nós, aqui, enquanto Vereadores e Vereadoras, parece que a Câmara não existe. O Prefeito, a todo o momento, manda pacotaços a esta Câmara, nobre Ver. Freitas, e parece que nós não existimos. Lamentavelmente, foi necessário o Ver. Janta, o próprio Líder do Governo, usar da sua rebeldia – vamos dizer assim – e dizer que era necessário criar uma Comissão para discutir as isenções da nossa Cidade. Então é oportuno, sim, à medida que os Vereadores percebem a grande importância de termos

nesta Casa comissões e frentes parlamentares para dialogar com a sociedade e ouvir os seus anseios. Mas por que, então, o Prefeito não fez uma pesquisa com aqueles que usam a segunda passagem? É claro, ele não tem argumento, porque, de fato, com esse canetaço, ele vai prejudicar não só o trabalhador, mas também o empresário, e já onerou com mais de R\$ 120,00, conforme disse aqui o Ver. Janta. Portanto, nós estamos atentos, preocupados, porque, se o Prefeito continuar assim, desmerecendo a Câmara de Vereadores, não instituindo audiências públicas e não obedecendo a pesquisas de satisfação pública, ele sofrerá um grande desgaste no Município de Porto Alegre.

Por outro lado, queria falar aqui sobre o grande evento que o Prefeito Municipal fez hoje, no momento em que ele diz que está instituindo um novo hospital em Porto Alegre e que teria 208 leitos. Ao mesmo tempo, tem o Parque Belém vazio, todo estruturado esperando uma negociação com o gestor municipal para implementar mais de 200 leitos, mas ele prefere fazer uma pareceria com uma entidade privada que diz que vai instituir 208 leitos em dois ou três anos. Por que não instituir essa parceria com o Hospital Parque Belém e fazer logo com que esses leitos para a saúde mental sejam abertos? Quem não conhece, por exemplo, o Postão da Cruzeiro, onde os doentes da saúde mental estão no chão aguardando vaga? E ele faz um investimento volumoso, importante, mas a longo prazo. E a população não vai esperar para ser atendida em dois...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**O SR. ALDACIR OLIBONI:** ...Para concluir, nobre Presidente, diria que a população tem pressa em abrir leitos, em abrir uma central de especialidades, em abrir mais possibilidades de consultas, sejam elas públicas ou em parceria com a iniciativa privada, com relação aos hospitais filantrópicos que dizem que tem o que oferecer, e o gestor não se manifesta.

Nesse sentido, quero dizer que a nossa bancada está atenta ao fim da segunda passagem, às isenções que não dialogam com a realidade da nossa Cidade e, mais do que isso, em abertura de consultas, internações e especialidades, isso o mais rápido possível. O que nós temos aqui a observar é que não somos contra a abertura; pelo contrário, nós temos que ter abertura em médio e longo prazo, mas precisamos fazer com que, no momento, se estabeleça a ideia de atender aos que estão na porta, na fila aguardando para o atendimento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Boa tarde, senhoras e senhores, público que nos assiste pela TVCâmara, Vereadores, Vereadoras, eu subo à tribuna em tempo de liderança do meu partido, o PSOL, portanto, também em nome do Ver. Roberto Robaina e da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, justamente para discutir alguns aspectos que têm tomado as discussões da população desta Cidade. O primeiro deles é sobre a aplicação do decreto, pois boa parte da população esperava que o Prefeito usasse de um mínimo de racionalidade existente em cada ser humano, revogasse esse decreto e o retirasse. Porque, convenhamos, a imposição do corte da segunda passagem livre no transporte público desta Cidade não vai ter única e exclusivamente o impacto no bolso daquela pessoa que mora na periferia, que mora mais afastado do centro de Porto Alegre, daquela pessoa que mora num bairro que tem uma, duas linhas que fazem o serviço, dispendo transporte e o ir e vir que é direito de cada cidadão. Esse indivíduo, que mora lá confins da nossa Cidade, muitas vezes para se deslocar até o seu trabalho, para um hospital, para uma clínica para fazer um exame, ele precisa, ele necessita dessa segunda passagem. Mas não é ele o único prejudicado. Vamos imaginar que, com essa vigência do decreto, toda a nossa Cidade vai sofrer um impacto. A economia de Porto Alegre gira em torno de atividades comerciais, e os comércios, principalmente os pequenos comércios que geram a maior parte dos postos de trabalho nessa Cidade, vão sofrer o impacto. Os empregadores, micro e pequenos empresários vão ter que custear os vales-transportes dos seus servidores, dos seus trabalhadores; e esse impacto negativo, nesse momento grave de crise vai ser catastrófico para esta Cidade. Só o Prefeito não se deu conta! Aliás, talvez tenha se dado, mas fez vistas grossas. Está a serviço de quem? Daqueles que geram empregos nesta Cidade? Daqueles que, com seu suor, trabalham e fazem com que Porto Alegre possa se movimentar, se deslocar, existir? Não. Parece-me, e, pelo visto, boa parte dos veículos de comunicação compartilha da nossa visão, que o Prefeito está atendendo o interesse de um único segmento muito restrito da população desta Cidade, que é o segmento dos empresários do transporte público, pois só eles ganham! Só eles ganham! O que torna mais imoral este decreto. Isso é terrível, isso será catastrófico para esta Cidade. Portanto, tivemos um longo período entre a publicação do decreto e a sua vigência, que foi ontem, para que o Prefeito repensasse a sua ação e a retirasse, mas isso não foi feito, e Porto Alegre tende a ter dias piores, infelizmente.

Eu gostaria também de comentar, e espero realmente que isso não se consolide, justamente sobre a possibilidade de termos um parcelamento brutal dos salários dos servidores desta Cidade. São eles que prestam serviço à população principalmente à população que mais necessita: os profissionais de educação, os profissionais de saúde, os servidores do DMAE, os servidores de obras dessa Cidade. O que estamos ouvindo é que receberão uma primeira parcela do seu salário no valor de R\$ 3 mil. Vamos pensar não apenas no servidor, mas vamos pensar na interrupção da circulação de dinheiro dentro desta Cidade, no comércio, por exemplo, que faz com que nós tenhamos o sustento da atividade econômica de Porto Alegre.

Senhoras e senhores, o que nossa Cidade enfrenta é grave e o que ela está enfrentando tem um nome e sobrenome: Nelson Marchezan Júnior, o grande mal que



Porto Alegre enfrenta na atualidade. Um grande abraço a todos. Estamos juntos para enfrentá-lo!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM:** Boa tarde a todos presentes. Eu não poderia deixar de fazer uso da palavra após ouvir dois Vereadores do bloco de oposição. Dizer que hoje é um dia muito feliz para mim, pois estive presente com vários colegas hoje pela manhã no Hospital Espírita vendo a realidade do Secretário Erno, Secretário Municipal da Saúde, vendo o Secretário Estadual da Saúde e várias autoridades comemorando mais um espaço nessa Cidade que, apesar das dificuldades financeiras, vem priorizando algumas áreas como a da saúde. Então, eu não poderia deixar de falar aqui após ouvir os colegas sobre algumas frases que foram ditas aqui que, obviamente, não concordo e vim fazer o contraponto, como a democracia ainda permite aqui, que não é a Venezuela.

Primeiro lugar: desrespeito com a Câmara? Olha, eu insisto em dizer que o Prefeito Marchezan tem tido todo o diálogo através de seus secretários, que vêm sistematicamente a esta Casa atender as bancadas e tirar as dúvidas dos Vereadores. Venho também dizer que a forma de gestão pública que o Prefeito Marchezan defendeu, no ano passado, é realmente não deixar nenhum projeto em cima da sua mesa. Talvez alguns Vereadores, talvez alguns partidos que governaram esta cidade por mais de uma década não tenham, vamos dizer assim, o hábito de limpar tão rapidamente as suas mesas e não deixar tantos projetos polêmicos, depois enviá-los com rapidez para esta Casa. Agora, o Prefeito Marchezan respeita as instituições e os Poderes, tanto que ele deixa muito claro que não tem nenhum receio de enfrentar tudo e enviar para cá. Nós devemos fazer a discussão, nós devemos conversar, nós devemos falar sobre os projetos.

Sobre o Prefeito defender interesses de segmentos, por favor! Gostaria de apenas, no final da minha humilde participação, fazer uma pergunta e que cada Vereador, cada Vereadora se faça. É o Prefeito Marchezan que faz defesa de segmentos? Era o que constava, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Alvoni Medina está com a palavra em Comunicações.

**O SR. ALVONI MEDINA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, pessoas que nos assistem pela TVCâmara; aproveitando a oportunidade, esta semana está se encerrando a Semana da Pessoa com Deficiência. Hoje se encerra a

Semana Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que teve como tema a diversidade na Cidade: vidas diferentes, corações iguais. Durante a Semana, diversas atividades de inclusão foram promovidas pelos mais variados órgãos municipais. Ver. Brum, que se encontra aqui, quero salientar que é lamentável que essa população ganhe voz apenas durante uma semana por ano. Caminhamos pela Cidade, nos deparamos com a falta de acessibilidade arquitetônica, mas, acima de tudo, atitudinal. É isso o que eu quero frisar hoje: que sejamos capazes de incluir as pessoas com deficiência. Para que passemos a fazer parte de uma sociedade mais inclusiva, precisamos começar pelas nossas atitudes, rompendo barreiras, incluindo a todos. Esta é a consciência da vida: todos somos iguais. E todos buscamos, juntos, a acessibilidade e a inclusão. Meus parabéns pela Semana maravilhosa que tivemos! Vamos levar essa mensagem de diversidade durante o resto da semana, do mês, dos anos, para fazermos da Cidade um exemplo no quesito acessibilidade atitudinal.

Quero parabenizar também o trabalho que foi feito na ExpoTAI, no Centro Vida. Nós estivemos ali e vimos o trabalho, a luta de crianças que, muitas vezes, têm sido deixadas de lado. Nós estamos juntos nessa luta, porque somos a voz dessas crianças, dessas pessoas junto à Câmara de Vereadores. Nós, Ver. Paulo Brum, não podemos aceitar ver tantas leis no papel não se tornando realidade na vida dessas pessoas. Eu, como Vereador, fui eleito para, juntamente com os demais Vereadores, dar um grito de socorro, trabalhar e lutar pelos direitos já adquiridos dessa população. Agradeço a todos, nossos Vereadores e Vereadoras, e vamos lutar juntos por esse povo que precisa também de nós. A gente vê como a Cidade, infelizmente, está abandonada, e temos que ter um olhar mais clínico para essa população. Quero agradecer a todos. Uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra em Comunicações.

**O SR. MENDES RIBEIRO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, subo a esta tribuna para não deixar passar em branco a convenção do PMDB da cidade de Porto Alegre ontem. Sabemos que o momento é difícil, os partidos políticos andam em descrédito, mas sábado fizemos uma bela convenção com mais de 450 filiados da nova Executiva. Eu deixo a Executiva do partido, onde atuei por quatro anos consecutivos, os dois primeiros anos como 1º secretário; nos últimos dois anos, tive oportunidade de ser vice-presidente, e hoje, à frente do partido, continuará o trabalho o nosso Presidente Antenor Ferrari. E quem me substitui na 2ª vice-presidência é a nossa Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia. Então eu subo a esta tribuna para desejar sucesso ao nosso PMDB, que a gente possa trabalhar em prol de uma sociedade mais justa.

O segundo assunto: eu queria parabenizar o nosso Ver. André Carús pela instalação, hoje, da Frente Parlamentar em Defesa do Meio Passe. Tivemos vários Vereadores prestigiando, de vários partidos, a importância da discussão dessa matéria. É

um direito adquirido pelos nossos jovens há mais de 60 anos, e, cada vez mais, temos que incentivar os nossos jovens ao estudo, ao trabalho, não tirar os incentivos deles. Quero me colocar à disposição da Frente para trabalhar. Trouxe alguns dados extremamente interessantes: segundo pesquisa da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, a crise econômica foi mais cruel com pessoas entre 15 e 29 anos. Os jovens representam mais da metade das pessoas sem trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre. A taxa de jovens sem emprego cresceu 26,6%: passou de 15,4 para 19,5 – 17 mil jovens que estavam no mercado de trabalho hoje estão desempregados.

E quero chamar a atenção para os números em que o segundo passe interfere diretamente. Hoje, 40% dos jovens que estão no mercado de trabalho são estudantes: 26,3% estudam, passou de 23,7% em 2015 para 26,3%; 14,8% estudam e trabalham, passou de 16,3% em 2015 para 14,8%. Sobre os 60% que só trabalham: será que eles tiveram oportunidade de trabalhar e estudar? Aqui fica a reflexão para o nosso Prefeito, para os nossos Vereadores, que os levam ao mercado de trabalho. A gente não pode perder esse incentivo aos nossos jovens para que possam estar estudando, ocupados, que possam ter, sim, condições de entrar no mercado de trabalho, o que hoje sabemos está muito difícil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Boa tarde a todos e a todas. Eu queria começar falando da dificuldade que milhares de porto-alegrenses sentiram no dia de hoje. Lamentavelmente começou a vigorar o decreto autoritário do Governo Marchezan que retira um direito da população mais pobre da nossa Cidade que mora em áreas em que o sistema de transporte não fornece uma cobertura adequada. Na medida em que a segunda passagem é retirada, evidentemente são duplamente penalizados, por um lado, por um sistema de transporte ineficiente no que diz respeito a garantia de um transporte de qualidade e, por outro, na cobrança de mais meia passagem, mais 50% da segunda passagem, o que faz com que, para essas pessoas, uma tarifa de ônibus signifique mais de R\$ 6,00. Nós estamos vendo, na verdade, a configuração de um governo que parece o Robin Hood, mas o Robin Hood às avessas: tira dos pobres para dar para os ricos. É assim com a segunda passagem, é assim com o pacote do transporte coletivo que tramita aqui nesta Casa, embora suspenso, que é muito bom que esteja suspenso, mas são seis projetos que deixam clara a lógica de retirar direitos da população, dos cobradores, das pessoas com deficiência, dos estudantes, enfim, para garantir o lucro abusivo dos empresários.

E nós, no dia de hoje, estamos ingressando com uma ação popular, com pedido de antecipação de tutela, pedindo que, em primeiro lugar, a Justiça anule o decreto do Prefeito Marchezan. Eu e os Vereadores Aldacir Oliboni, Prof. Alex Fraga,

Roberto Robaina, Adeli Sell, Sofia Cavedon, Marcelo Sgarbossa, Vereadores da oposição, além do Ver. Márcio Bins Ely, estamos fazendo esse pedido, em primeiro lugar, pela anulação do decreto, mas, em caso de negativa da anulação do decreto, nós estamos requerendo, então, que imediatamente seja reduzida em R\$ 0,27 a tarifa de ônibus em Porto Alegre. E com que base nós chegamos nos R\$ 0,27? Primeiro, a base jurídica da lei de licitações, que é clara quando diz que qualquer alteração durante o percurso da vigência dos contratos, qualquer alteração de novas isenções ou de retiradas de isenções tem que ser imediatamente precedida por um novo cálculo tarifário, ou cálculo de remuneração daquele serviço, no caso da lei de licitações e com base na concorrência pública. Um de 2015, que foi a licitação de Porto Alegre, que também deixou claro que qualquer alteração no sistema de isenções precisa, obviamente, ser precedido por um novo cálculo. O Prefeito Marchezan, quando fez aquele arremedo de democracia, naquele sistema na internet que questionava até, pasmem, Ver. Roberto Robaina, a possibilidade do aumento de salário dos rodoviários, que é da lei, e não questionava os lucros indevidos dos empresários. Aquele *site* que foi criado disse que a tarifa era R\$ 0,51 mais cara por conta da segunda passagem gratuita. Ora, se agora as pessoas vão ter que pagar 50% no segundo trajeto, por óbvio, a tarifa precisa ser reduzida, no mínimo, em R\$ 0,20 para que haja um novo equilíbrio econômico-financeiro.

E mais, para que não haja o que está acontecendo, com todas as palavras: o Prefeito está tirando do povo para dar aos empresários do transporte coletivo. Lamentavelmente, é isso que nós estamos vendo na cidade de Porto Alegre. Nós fizemos uma representação ao Ministério Público de Contas assinado por 16 Parlamentares desta Câmara de Vereadores, que deu origem a esta ação que o Geraldo da Camino pede ao Tribunal de Contas do Estado, e que também tramita em paralelo com essa ação popular que será protocolada às 17h. Eu quero aqui deixar o registro da necessidade de a gente seguir nessa fiscalização.

Ao mesmo tempo, nosso cumprimento, como oposição, ao Ver. André Carús, pela Frente Parlamentar em Defesa do Meio Passe, que foi hoje inaugurada e que mostra já a importância da sua constituição na Câmara de Vereadores. Temos um conjunto de vários Parlamentares de vários partidos respaldando a iniciativa do Ver. André Carús. E um conjunto enorme de entidades representativas dos estudantes, grêmios, entidades estudantis que estiveram à frente de passeatas importantes como o 11 de agosto, mostrando que é preciso ter essa unidade para garantir que o meio passe não seja retirado, que é um direito dos estudantes – 60 anos de conquista. Lamentavelmente, até isso o Governo Marchezan quer retirar, mostrando-se não só um Robin Hood às avessas, mas também um inimigo da educação, porque lamentavelmente a retirada do meio passe pode comprometer inclusive a questão da ida às escolas, ou seja, incrementar a evasão escolar, que já é muito alta no Município de Porto Alegre. Então, parabéns, contem conosco, estaremos nessa Frente Parlamentar.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Registramos a visita orientada no plenário de seis adolescentes do CREAS-Norte/Nordeste, acompanhados dos técnicos Mariana e Glaci, conhecendo a Câmara em uma atividade do Memorial. Sejam muito bem-vindos, tenham uma boa estada conosco nesta tarde.

O Ver. Rafão Oliveira está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Paulo Brum.

**O SR. RAFÃO OLIVEIRA:** Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver. Cassio Trogildo; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhores ouvintes, cidadãos gaúchos e porto-alegrenses, eu subo a esta tribuna para constatar uma triste realidade do nosso Rio Grande do Sul e da nossa Cidade. Todos os municípios são credores de segurança pública, e, como credor, devemos nós, aqui no Legislativo e também no Executivo, cobrar do Estado um plano estadual e um plano nacional de segurança pública. Não é mais possível que nós nos acostumemos com a violência constante nesta Cidade. Não é mais possível que mães sejam assassinadas em portas de escolas. Não é mais possível que a impunidade seja a gasolina para que jovens cometam novos crimes.

A polícia não pode mais enxugar o gelo. A polícia não pode servir mais de bucha de canhão para um direito penal que não pune e que, muitas vezes, tem a impunidade garantida por ideologias políticas contrárias a todo o arcabouço jurídico consagrado pela nossa civilização. Senhores, eu peço que os direitos humanos, que foram criados para defender a covardia acima de tudo, olhem para as vítimas da violência, não somente para quem comete a violência, como tem sido utilizado nos últimos anos neste País, infelizmente. E, se depender da minha voz aqui nesta Câmara, direitos humanos, Ver. Robaina, são para combater a covardia, não para defender bandido.

Senhores, é inaceitável que, a cada dois dias, morra um policial. Isso não é um ataque somente às forças policiais, isso é um ataque a cada cidadão que paga seu imposto, isso é um ataque a cada pessoa de bem, a cada pessoa que está ali, suando, trabalhando para pagar suas contas, levando seu filho na escola. Quando morre um policial, morre um pouco da sociedade. Então, eu apregoo aqui direitos humanos para todos: para as vítimas da violência e para os policiais. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Boa tarde a todos e a todas. Agradeço à Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, minha companheira do Partido dos Trabalhadores, pela cedência do tempo. Não tem como, Ver. Bosco, começar esta segunda-feira sem falar da segregação espacial, social que as pessoas começaram a sofrer desde ontem. A Cidade toda e a forma como foi planejado o nosso sistema de transporte coletivo... Nós temos

nosso Centro num canto da Cidade, e toda a Cidade está voltada para se direcionar do bairro para Centro. Então a justificativa da segunda passagem é justamente em função do modelo, que está pensado dessa forma. Se você precisa ir até um bairro lateral, você vai até ao Centro, em linhas radiais, e dali pega outro ônibus.

Terminar com essa segunda passagem, como faz o Prefeito Marchezan, tira a possibilidade de a pessoa chegar ao seu destino, Ver. Oliboni. Nada mais, nada menos do que isso, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. E a pessoa, quando sai de casa, sai para chegar a um destino, ela não sai para passear de ônibus. Uma frase que escutei de um especialista há alguns dias: “Andar de ônibus é como sal: ninguém come mais sal se o sal está barato, a pessoa usa o sal porque precisa, na medida em que precisa”. Ninguém sai a andar de ônibus para passear pela cidade. Vejam, estou só colocando que, pela lógica da cidade de Porto Alegre do ponto de vista geográfico e pela forma como seu sistema de transporte de coletivo está estruturado, há justificativa para a existência da segunda passagem.

Também é importante dizer que a segunda passagem nasceu com a ideia dos BRTs, que infelizmente está sendo sepultada pelo Prefeito. Já não tínhamos uma boa coisa, tínhamos um BRC, uma boa reforma de corredores, era esse o máximo que a gestão anterior conseguiu chegar. Mas a segunda passagem trazia de novo o reforço dessa ideia de ir até um outro lugar onde encontraria um outro transporte. E aí, sim, no caso o BRT, transportando mais pessoas de forma mais rápida, com faixas exclusivas, com corredores exclusivos. Então terminar com a segunda passagem também é terminar com a possibilidade de um serviço inteligente na Cidade, de um direito que é se transportar. E obviamente acaba afetando os que mais precisam, estudantes, pessoas que não conseguem suportar esses R\$ 8,10, duas passagens a mais por dia.

Então isso significa segregação no espaço, evasão escolar, mais desemprego, como já foi falado aqui por outros que me antecederam. Realmente, é mais uma das medidas que não dialoga com a realidade da Cidade. O Prefeito Marchezan, naquele dia em que não teve o passe livre, num dia de vacinação, deu a orientação de as pessoas usarem um aplicativo para levarem seus filhos para tomar vacina, mostrou total desconexão do Prefeito com a realidade da cidade de Porto Alegre. E quero aqui, somando-me às falas anteriores que trouxeram esse tema do fim da segunda passagem, dizer que lamentamos muito, a nossa Bancada, a Bancada do Partido dos Trabalhadores. Na Legislatura anterior apresentamos alternativas para esse tema do transporte coletivo.

Quero sempre lembrar aqui que o Prefeito tanto fala na falta de recursos, mas esquece de falar nas pessoas. Fala do problema do sistema e não fala na dificuldade que as pessoas terão ainda mais com as medidas que tem tomado. Então, é bom que o Prefeito comece a falar, por exemplo, naquilo que está escrito no edital de licitação, os recursos extratratifários que deveriam servir para a tarifa ficar mais barata. Não fala nada disso. Recursos extratratifários, por exemplo, são provenientes das pessoas que compraram antecipadamente seus créditos, algo que está rendendo lá para a ATP, e esses rendimentos deveriam servir para baixar o valor da tarifa. Mas não se escuta nada da Prefeitura e do Prefeito a respeito desse tema. Então...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.)

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** ...Apenas para concluir, lamentamos, marcamos este fato, este verdadeiro retrocesso naquilo que é um direito. Trabalhar com a ideia de uma passagem subsidiada tem a ver, Ver. Carús, com um direito. Eu quero, nestes últimos segundos, lembrar de um deputado alemão que esteve em Porto Alegre há dois anos e fez uma palestra falando sobre mobilidade urbana e outros temas da Alemanha.

Em determinado momento da conversa, ele entendeu que aqui não tínhamos subsídio para o transporte coletivo, e a frase dele foi a seguinte: “Na Alemanha, do partido de extrema esquerda ao partido de extrema direita, ninguém questiona o fato de que, sim, o transporte coletivo tem que ser subsidiado, porque ele é muito mais um direito do que um serviço para aqueles que podem pagar”. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. Estão suspensos os trabalhos para a Reunião Conjunta das Comissões.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h01min.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 16h42min):** Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

**O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM:** Boa tarde, Presidente. (Veste casaco e boné.) Bom, vim eu aqui, a pedido de grandes amigos, fazer uma homenagem, acho que também é dia do voluntário. Pediram-me que eu fizesse uma foto com a camiseta do DMAE. O Cadinho e o Darlan vieram ao meu gabinete e disseram: “Moisés, tu tiras uma foto com a gente, para fazer uma camiseta dizendo ‘Não à privatização do DMAE’?” E eu disse: “Faço, com certeza”. Então eu, mais do que isso, a pedido deles, vim aqui fazer uma homenagem a todos os servidores do DMAE. E pedi emprestada essa roupa para vir aqui fazer a minha homenagem ao DMAE e dizer, em alto e bom som, o que vários Vereadores vem repetindo aqui nesta Casa: o DMAE não será vendido! Nunca foi pauta deste Governo que o DMAE fosse vendido. O DMAE é solução, e acho um absurdo tirar o sono dos servidores valorosos do DMAE com essa história. E eles com as suas famílias perguntam: “E o futuro do meu trabalho? Será que está garantido? O DMAE será privatizado?”. Então vim aqui usar este espaço para fazer

a minha homenagem aos funcionários do DMAE e deixar claro: o DMAE nunca – nunca! – foi ou será por este Governo peça para privatização. Expliquei aqui, deixei claro. É, na realidade, um projeto que visa à alteração de uma lei que permitirá Parceiras Público-Privadas para tentar resolver parte dos alagamentos desta Cidade. Obrigado, Presidente; obrigado aos colegas.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Passamos ao

### **GRANDE EXPEDIENTE**

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra em Grande Expediente.

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** Boa tarde, Presidente, Vereadores e Vereadoras. É meu Grande Expediente, esperei por esta oportunidade para falar. Hoje iniciou um programa no Globo Esporte da RBS TV, com a apresentadora Alice, uma série maravilhosa chamada “Jogue com a Gente”. Esse projeto é maravilhoso porque traz exemplos de transformação na vida das pessoas através do esporte. O programa mostrou o poder transformador do esporte, o sentimento de competir, unir-se ao outro através da prática esportiva, entrando em contato com diversas pessoas, da forma mais natural possível, a televisão nos mostra vários casos onde o esporte pode alterar nossa percepção de mundo. Cabe a nós interpretar o que está sendo mostrado e lutar por um mundo melhor.

Devo tudo o que ganhei na minha vida ao esporte, desde os oito aninhos. Praticando dentro da comunidade ou em outras áreas, o esporte pode, muito bem, dar uma nova visão de vida às crianças, aos jovens, adultos, incluí-los socialmente, desviando-os de outros caminhos. Liderança, trabalho em equipe, respeito às regras são alguns exemplos de valores que são vivenciados muitas vezes indiretamente quando há intervenção de algum professor de Educação Física, esse profissional tem a missão de provocar a produção desses valores nos participantes de atividade física. Nesse contexto, os programas do projeto social são fundamentais na construção de cidadania, da criação de oportunidade para as crianças e jovens excluídos. Criando assim uma perspectiva de futuro melhor, possibilitar que a criança e o jovem vivenciem a atividade esportiva pedagógica, alimentação balanceada e, acima de tudo, o direito de poder brincar e se divertir, sim, e também socializar com as demais crianças. São alguns dos objetivos do projeto social oferecido na nossa Cidade. Isso não pode parar, eu acho que nós, sociedade, pequenos, grandes empresários temos que ter uma olhar mais profundo.

Hoje, na televisão, eu vi que maravilha, eu fiquei orgulhoso e muito contente com o que vi. Porque a gente passa a desacreditar em alguma coisa que a gente tem como bandeira, como fé, aquilo que eu já disse antes aqui: eu agradeço tudo que sou, tudo que tenho, tudo que aprendi na educação e o esporte. Então, isto me deixa muito contente: que tenha ainda pessoas que mostram esse sonho, que nós podemos



alcançar. Todos nós. Mas melhor disso tudo é se formar, lá no final, um grande cidadão. Eu ouvi uma fala da Daiane que disse que, às vezes, não é tão importante a medalha, as faixas de campeão que a gente ganha, mas, sim, a formação e a vivência que se tem em formar-se um grande cidadão.

Quanto ao preconceito, outro caso que gerou bastante repercussão nos últimos dias, ocorreu quando a estudante do Piauí, Monalysa Alcântara, 18 anos, ganhou o Miss Brasil. Foi a terceira vez que uma mulher negra ganhou o principal concurso de beleza do País. Nas redes sociais, internautas criticaram a escolha de outras candidatas, como a gaúcha Juliana Mueller, que é branca. Alguns comentários foram carregados de raiva. Não é a primeira vez que uma Miss Brasil sofre com o preconceito: em 2016, quando outra negra venceu, também foram registrados ataques de cunho racista, principalmente pela internet. A educação é o único caminho para combater o preconceito racial, a escola reflete todos os problemas que existem na sociedade, nesse espaço é que as mudanças mais significativas devem ocorrer, principalmente no pensamento dos jovens. As pessoas precisam acreditar e assumir a causa da educação. A solução para minimizar e combater os atos de preconceito racial passa pelo reconhecimento do legado cultural africano na nossa Cidade. Esse é o principal motivo pelo qual eu brigo pelo museu do negro há seis anos. Eu, sinceramente, gostaria de não vir mais aqui falar em racismo, mas, infelizmente, ainda existem pessoas que não sei o que são, se são seres humanos, porque todos nós somos seres humanos.

Na educação, no começo desta semana, uma professora foi agredida por um aluno de 15 anos dentro uma escola no Município de Indaial, em Santa Catarina. Infelizmente este caso, que gerou grande repercussão, principalmente nas redes sociais, já faz parte da rotina escolar no Brasil. Receber agressões verbais já não surpreende a maior parte de educadores do País, na maioria dos casos os pais não sabem do comportamento dos filhos na sala de aula e se mostram surpresos quando o professor conta; em casa os filhos fazem e agem conforme os parentes. A carga emocional que um professor deixa em uma criança é muito grande, até hoje lembro dos meus professores, marcaram muito, muito, muito a minha vida, devo tudo que sou à educação que tive, ter conhecimento, estimular os pensamentos, fazer desenvolver habilidades.

O esporte traz o companheirismo, faz bem para a saúde, eleva a autoestima, melhora o humor e traz benefícios vinculados à atividade física. Gente, eu venho aqui há dez anos, Ver. Dr. Thiago, e sempre bato nessa bandeira em que eu acredito, que é a bandeira da educação, esporte, cultura e lazer para as crianças. Venho aqui há dez anos, eu me torno repetitivo, mas não vou deixar essa vela apagar, sabem por quê? Porque, aos oito aninhos, pessoas maravilhosas me mostraram que esse era o caminho. Não tem ninguém que me tire essa posição, o caminho é a educação, o esporte e a cultura. Se nós, cidadãos e cidadãs, vivermos pensando que outra coisa pode mudar o caminho de jovens e adolescentes, é mentira.

Se nós continuamos acabando com os campinhos, com os locais de esporte, com as escolas, nós vamos sofrer um ataque muito grande da mãe natureza. Eu falo de outra natureza, não dessa natureza que nós, seres humanos, estamos destruindo e que, agora, está querendo se renovar. Não! Eu falo de uma natureza de violência. Violência!

Não existe mais nos bairros e nas periferias os campinhos onde eu brincava, onde muitas crianças jogavam o seu esporte e iam para a sala de aula, eles tinham educação, respeito, companheirismo. Isso tudo acabou! Isso está indo embora, só está ficando o ódio, a raiva, sem destino. Então, gente, eu estou aqui mais uma vez. Eu não pego essa bandeira simplesmente por pegar, é porque eu nasci dentro dessa bandeira, eu vivi isso tudo. Hoje eu sou o que sou, tenho o que tenho, não em valor de dinheiro, mas em outros valores.

Muitas viagens fiz, em muitos países de Primeiro, de Segundo Mundo estive e conheci a realidade de cada país. Na Europa, tiramos fotos e achamos tudo aquilo lindo; viemos para o Brasil e achamos tudo feio, aquilo não é lindo de se fazer. Gente, o país que mostra mais exemplos para nós é o Japão, onde o professor é respeitado, ele é digno; o esporte é respeitado; o professor é tratado como mestre. Nós somos o caminho para nossos filhos amanhã, aquilo que a gente ensina, eles serão no futuro. Os professores nos dão o conhecimento que vamos levar como seres humanos equilibrados. Não adianta ser humano sem equilíbrio, sem definição. Eu tenho definição na minha vida, sei o que quero, sei por que luto, porque eu quero um país melhor, que a gente possa falar que é de Primeiro Mundo. Quero para a minha cidade, Porto Alegre, que eu amo, que realizou 80% dos meus sonhos, educação digna, respeito, esporte digno para as crianças e adolescentes, assim como um programa que vi na televisão hoje, fiquei muito emocionado. Agora só basta olharmos profundamente e começarmos a fazer nos bairros da nossa Cidade. Só depende de nós, Ver. Cassiá, Ver. Janta, para mudarmos esse jogo. Eu quero e sei que muitos de vocês também querem. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Grande Expediente.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós fomos eleitos para este mandato, no ano passado, em 2016, final do ano, com um propósito daqueles que nos elegem de trabalharmos para a Cidade. Independentemente de partido e matiz ideológica, cada um dos 36 Vereadores aqui tem por missão e por juramento trabalhar pelo bem de Porto Alegre. É óbvio que a gente sabe que na política muitas vezes não é bem assim, que alguns interesses menos nobres acabam, na surdina, falando e que, às vezes, as pessoas não trabalham para o bem de um determinado governo, porque politicamente sabem que o bem daquele determinado governo pode representar um prejuízo a sua visão política. Isso, infelizmente, faz parte do mundo real. Eu, pelo menos, não busco trabalhar dessa forma.

Assim sendo, eu, que me considerava amigo do Prefeito Marchezan, inclusive havia... Digo isso, infelizmente, no dia de hoje, já não vai mais muito orgulho, dadas as questões que aconteceram ao longo do ano passado, com denúncia em relação ao Aécio Neves e outras coisas. É denúncia de Lula para lá, Aécio para cá, e a gente abre o jornal ou liga a televisão, chega a dar uma repulsa de ver no noticiário essa

questão no Mato Grosso, agora semana passada. Enfim, naquele momento, naquela quadra histórica, o Prefeito Marchezan, porque liderava a questão do PSDB, me pediu um apoio, eu era presidente do PMDB de Porto Alegre e apoiei o então candidato Aécio Neves. Uma parte do PMDB aqui, meus colegas, apoiava a chapa do PMDB que estava junto com a Presidente Dilma Rousseff. Então, por questões de afinidades política e ideológica, não me sentia autorizado a fazer tamanha flexão e acabei apoiando o candidato Aécio Neves, também por força exatamente dessa relação – relato a vocês – que achava, julgava que tinha com o Prefeito. Pois o Prefeito parece que saiu bastante machucado da eleição do ano passado, especialmente da contenda que teve com o nosso candidato Sebastião Melo. De alguma forma é um sentimento que tenho e posso estar talvez errado, mas estendeu-se esse sentimento à nossa bancada do PMDB aqui, de tal modo que sinto que o PMDB em relação ao PSDB tem uma postura, e isso ficou patente, ficou evidente agora na última sexta-feira, quando nós fomos lá lançar as obras de recuperação da bacia do arroio Areia. Lá estavam vários Ministros nossos, e o tratamento que nós demos, com muita fidalguia, respeitoso, politicamente no melhor nível, aos nossos amigos do PSDB, mas me parece que – pelo menos, esse é o sentimento que tenho – essa recíproca muitas vezes não se estabelece. Nós não temos conseguido, temos dito um diálogo bastante interdito.

Mas não é essa a questão que me traz aqui, eu só quis contextualizar, é que já perdemos oito meses de Governo por essas dificuldades. Em dezembro, na casa do Professor Francisco Ferraz, que foi Reitor da Universidade Federal, sentado à mesa com o Prefeito Marchezan, busquei humildemente dizer a ele: “Marchezan, divida um Governo de quatro anos em oito fatias de seis meses cada. E conte que o último ano está mais ou menos perdido, porque, por força de lei eleitoral, por força da Lei de Responsabilidade Fiscal, muitas coisas tu não conseguirás fazer. Imagine que já tens de sair acelerando no primeiro ano para colocar a casa em ordem nos primeiros seis meses e, a partir dali, terás outros dois anos e meio para ter dividendos no Governo”. Pois bem, nós já perdemos oito meses, e hoje eu vejo o Líder do Governo subir à Tribuna – Vereador por quem tenho enorme carinho e respeito – e, mais uma vez, encaminhar contra o Governo, pedindo que o Prefeito retire um projeto do meio passe, que era um avanço nosso. Se isso não denota um desarranjo enorme na nossa base ou numa possível base que o Governo pudesse ter, nada mais denota! Nós somos 36!

E falo isso, de novo, imbuído dos melhores sentimentos: é impossível, quem já foi líder do Governo sabe, governar com 11 votos na Câmara de Vereadores! Se precisa ter 19 para aprovar com maioria simples e 24 para aprovar, por exemplo, isso que o Ver. Moisés veio falar a pouco do DEMAÉ, que seria uma mudança na Lei Orgânica, precisa ter 24 votos. E aí, em vez de, num primeiro momento, fazer-se uma composição, construir-se maioria, respeitarem-se os Vereadores, cada um na sua plataforma, cada um com que sua história, de tentar recolher de cada um as suas experiências com humildade que todos nós devemos ter... Isso vale para nós e vale para o Governo. O Ver. Cassiá foi Secretário da SMOV, outros também tiveram experiência de secretariado; outros, na Câmara de Vereadores; outros no Plano Diretor ou com lideranças. O Ver. Idenir Cecchim foi Secretário da Indústria e Comércio; o Ver. André

Carús foi Diretor-Presidente do DMLU, o Ver. João Bosco Vaz foi Secretário de Esporte. Em vez de fazer essas composições, de nos ouvir a respeito... O Ver. Freitas foi Secretário de Segurança. Temos que aderir, por gravidade. Aí, demos uma carta de crédito, vamos dizer assim, no final do ano passado, para aprovar a reforma administrativa, mas que ainda não se tornou perfectível. Tenho apontado, desde o início, equívocos, como, por exemplo, a questão do DMAE dentro de uma Secretaria de Assistência Social. O DMAE é habitação, habitação tinha que estar dentro de uma estrutura de planejamento urbano que pudesse identificar os índices construtivos, colocar isso no mercado, estimular a construção civil, aproveitar o recurso do índice construtivo e fazer política habitacional. Não. Há tantas outras questões.

E uma coisa que, em tese, seria muito boa. O Município não tem dinheiro para fazer estação de tratamento de água de Belém Novo, tem um grave problema de água no Belém Novo, na Restinga, no Extremo-Sul. O que o DMAE gostaria de fazer? Locação de ativos. Era uma coisa que, no Governo passado, já se falava. Fui falar com o Presser a respeito disso, tinha um estudo lá, mas aí o Governo não consegue comunicar isso, de tal forma que passa para a sociedade, e aí é explorado pelos partidos da esquerda, que é a privatização do DMAE que está fazendo. Vai acontecer o quê? Vai morrer.

Sobre a questão das passagens. O Ver. Janta, Líder do Governo, veio aqui e pediu 120 dias de moratória no caso das passagens. Vai acabar o ano, e não vai ter andado o caso das passagens. O que andou, para mim, é o maior retrocesso dos últimos anos da história da Cidade, que foi o maior avanço que tínhamos construído com o Fogaça, mercê de todos os erros que possam ter sido cometidos nos Governo do Fogaça ou no Governo do Fortunati. Esse era um grande avanço, porque existe em tudo que é lugar do mundo a integração da passagem, que se discutisse os 35%, 36% de gratuidade. Ótimo! Trinta e seis por cento de gratuidade não se sustenta em lugar nenhum, a gratuidade tem que ser uma exceção, não pode ser regra. Então, vamos estabelecer o seguinte: consensualizar aqui com os 36 Vereadores, vamos em 15% de gratuidade, vamos ver quem de fato precisa, vamos rediscutir isso, porque não cabe na passagem. Então, a gente faz essa discussão aqui, constrói conjuntamente e deixa a segunda passagem para um segundo momento, e, no ano que vem, vamos discutir.

Sobre a questão do IPTU. É óbvio que tem que fazer uma releitura disso, um reajuste, há 27 anos não se faz. Mas será que não havia outras tarefas anteriormente para serem feitas? Eu mesmo disse. Aí, um dia, lá no Paço, disseram que eu era chato, que eu estava sendo enfadonho com aquilo. Recolhi a minha violinha, coloquei no saco, e o Governo, por mim, se quer bater com a cabeça na parede, bata quantas vezes quiser. Eu disse: “Tem que reestruturar o urbanismo, tem que fazer uma política de planejamento urbano, tem que revisar os índices da Macrozona 1, tem que colocar leilões dos índices na rua, pois, com isso, vai arrecadar mais do que com o tal do aumento do IPTU esse, que vai aumentar, para toda a Cidade, entre 30% e 50%, não me digam que não! Então, tinha tarefas anteriores a serem feitas. Essa da revisão da Macrozona 1, volto a dizer, do inventário dos índices, do estoque dos índices, dos bairros que estão saturados, isso, tu jogavas um índice no mercado... Por que é que

o empresário hoje não compra índice? É uma moeda, mas ele não compra, porque ele não vai conseguir aplicar depois, é uma moeda que não tem liquidez. Se ele não consegue aplicar, ele não compra, e o Governo do Município está deixando de fazer com que esse mercado se agilize, circule. Quem tem experiência com isso não é ouvido, porque é mais fácil mandar para cá um projeto que aumenta a alíquota para toda a Cidade. Esse é o curto caminho longo, quando o Governo poderia ter escolhido o longo caminho curto. Faz a discussão este ano, reestrutura o planejamento urbano e, no ano que vem, ou no início do terceiro ano, propõe, aí sim, a questão da revisão da matriz do valor venal dos imóveis em Porto Alegre, mas depois de ter feito o dever de casa. Mas não!

Agora a última questão, essa é do IPTU ainda. Eu vejo aqui os meus amigos lá do bairro Petrópolis. A Epahc, que era do Planejamento Urbano, que foi tirada pelo Governo do PT, foi para a cultura e tem mais poder do que a própria Secretaria do Planejamento Urbano. Aí foi no bairro Petrópolis e indispôs 500 casas dos moradores lá do bairro. Há quatro anos, as pessoas têm um gravame sobre o seu imóvel. E não são grandes construtores! São profissionais liberais, pessoas que têm uma casa em Petrópolis, às vezes, uma casinha na praia, trabalharam uma vida inteira para ter esse bem, daí vão lá e indispõem o bem das pessoas. Pois agora querem majorar o tributo com esse encargo, com esse ônus pesando sobre a propriedade das pessoas. Não dá, gente! Vão resolver aquela outra questão antes! De novo, eu vou dizer: é o curto caminho longo, porque não vai passar, por mais que eu quisesse, porque fazem as coisas de forma errada, atabalhoada.

A questão do funcionalismo, Ver. Carús, para concluir. Esses quatro equívocos, me perdoem dizer, mas é com o espírito de quem quer contribuir. Funcionalismo, Vereadores que já foram secretários: por que não se faz primeiro o reestudo do plano de carreira? Por que, depois do reestudo do plano de carreira, não se estabelece uma política unitária para as gratificações, porque tem um cipoal de gratificações diferentes? Por que o cara na PGM ganha tanto, o cara da Fazenda ganha tanto, o cara da SMURB ganha tanto, o cara da SMPE ganha tanto mais tanto, que foi um erro crasso deste último período de Governo ter criado a SMPE e aquela gratificação enorme que tem lá. Agora vai tirar a RET? Pega um arquiteto da SMAM ou do Urbanismo: o cara tem 30 anos de carreira, ganha R\$ 10 mil, porque tem o regime integral. Aí tira o regime integral dele, ele vai com 30 anos ganhar R\$ 5 mil! Um arquiteto com 30 anos! Poxa, aí nós não estamos atacando o nó, que era isso, que era uniformizar as gratificações, que era fazer um estudo do plano de carreira; que levasse ao longo desse ano todo fazer tudo isso, no início do ano que vem, quiçá, o primeiro semestre, e aí, sim, no segundo semestre do ano que vem, nós mandaríamos isso! Está mexendo com a vida de todos os servidores! As pessoas vão cruzar os braços, não vão mais trabalhar.

Eu mesmo tenho sido um crítico aqui: eu tenho dito que tem 30 mil servidores entre ativos e inativos; a gente, que é secretário, às vezes precisa, não tem ninguém para ajudar. É óbvio que tem que ter meritocracia, é óbvio que tem que ter

plano de metas, tem que ter todas essas coisas, mas tem formas e formas. E as formas que têm vindo para cá, Moisés, Janta, têm nos criado dificuldade – para vocês, para nós!

Olha, as lições que a história nos dá: nenhum homem é uma ilha. Essa é a lição básica de sociologia, não é, Ver. Professor Wambert? A segunda: não existe política sem alianças. Não se pode querer achar que o cara é iluminado e que, simplesmente, porque ele teve uma luz divina e uma ideia, ele vai mandar para cá e todo mundo seja obrigado, Ver. Bosco, a aderir a essa ideia! Tem que haver uma margem de diálogo, de composição. E, terceiro, uma lição muito recente da história e muito dolorosa: não se pode abrir mais frentes de batalha do que se tem condições de enfrentar. Foi a questão dos animais, que, para muitas pessoas, é uma pedra de toque, é uma paixão, tem que se respeitar; foi a questão da Secretaria do Esporte, que pessoas idosas faziam atividades esportivas; tem a questão da grade do horário dos professores... E foi se acumulando uma série de conflitos. Agora, esse dos servidores, esse do IPTU e esse do transporte coletivo! Volto a dizer que, talvez, no mérito, sejam questões, sim, substantivas, importantes que devessem ser enfrentadas. Mas eu enfrentaria – falo aqui com toda humildade – de uma outra forma.

O que eu desejo, como porto-alegrense, como Vereador, é que este Governo dê certo; agora, tanto desejo que este Governo dê certo como desejo, com a mesma intensidade, que este Governo consiga ter um pouquinho de humildade para compreender que não é por gravidade, que não é por imposição, que é com diálogo, que é ouvindo um pouquinho de nós também, agentes públicos eleitos para isso, é que vamos conseguir construir esses consensos, porque senão não vai ser possível. O Prefeito, todos nós, Sr. Presidente, vamos perder estes quatro anos em embates infrutíferos, numa estrutura que não vai ter se ajustado, e quando vê, *tempus fugit*, o tempo se foi! E quem perdeu foi Porto Alegre, o povo de Porto Alegre, que ficou preso em impasses políticos que não ajudaram a construir um futuro melhor. Desejo, ainda em agosto de 2017, ainda há tempo, que um pouco de serenidade e de luz caia sobre a cabeça de todos nós, especialmente do Prefeito, e que revise a forma como tem sido o tratamento aqui conosco, bem com a construção política que temos conseguido fazer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. RODRIGO MARONI:** Boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Na verdade, aproveito para informar a Câmara de Vereadores que recebi minha carta de anuência, oficialmente agora. Então, a partir de hoje não estarei mais representando o Partido da República, como já tinha comentado, motivo pelo qual estou muito feliz, estou muito contente na verdade.

Sobre o que venho falar aqui quero falar em nome de toda a Câmara de Vereadores. Sei que todos têm um esforço individual; alguns há muito tempo; outros

são novos no mandato. Há muitas causas aqui envolvidas, representadas pelos que estão aqui. Tenho muito orgulho de ser colega de cada um de vocês. Na sexta-feira, estava comentando com o André e com o Janta, eu recebi um prêmio que foi, Wambert, para mim, bastante inesperado: Top of Mind, como parlamentar mais lembrado entre os gaúchos. Jamais eu imaginaria receber este prêmio na cidade de Canela, onde estavam apresentando várias marcas mais lembradas de cursinho, refrigerante e sobre o parlamentar. Eu queria agradecer na verdade a todos os gaúchos que, por algum motivo lembraram, eu quero dizer que não imaginava isso. E também quero dizer que sei que sou muito lembrado porque a minha causa é muito esquecida. Se a minha causa fosse lembrada, Janta, talvez não fosse tão lembrado como eu falo, se tivesse hospital público e política pública nos Municípios.

Queria colocar aqui um vídeo, que eu até comentei ali com um pessoal e me pediram para passar aqui, muito genuíno de um desespero de uma senhora, Wambert, que, sem saber onde recorrer, como no ano passado comentava o que acontecia... Que pena que não posso passar o vídeo, só vou passar o áudio do vídeo aqui. No ano passado, quando eu comentei que um cachorro foi enterrado em Cidreira, que eu tive que ir até lá, as pessoas imaginaram que seria um caso a parte. E lamentavelmente eu trabalho todos os dias e todas as noites com casos assim, Comandante Nádia, que não têm leis, não têm políticas, e essa é a realidade. De forma muito genuína, essa senhora gravou esse vídeo que está no Facebook, eu vou passar um pouco aqui para vocês escutarem – depois se vocês quiserem ver as imagens – a hora do desespero que ela estava, quando o animal estava sendo enterrado por um representante lá do Condomínio Aparecida em Alvorada. E eu estive lá na sexta-feira, antes de ganhar esse prêmio, justamente para resolver esse caso.

(Procede-se à escuta do áudio.)

**O SR. RODRIGO MARONI:** Essa senhora me chamou na sexta-feira porque esse cão seria enterrado vivo, como as imagens mostram. Lamentavelmente, e eu até digo que de uma forma absolutamente espontânea. Na imagem aparece ele sendo enterrado vivo, quando ela intervém. Infelizmente, esses casos acontecem diariamente, apesar de ela usar de expressões absolutamente vindas do coração, que talvez qualquer um usaria ao ver uma situação dessas.

Eu quero manifestar aqui, mais uma vez, o apoio incondicional a essas pessoas que fazem a diferença, porque a gente acabou conseguindo que um animal não fosse enterrado vivo graças a essa senhora, está em tratamento e vai sobreviver. O que prova, na verdade, que, infelizmente, nós temos uma humanidade, uma sociedade que, se é cruel entre nós mesmos, se nós somos cruéis entre nós mesmos, imaginem com aqueles que não têm como se manifestar e expressar dor. Que a humanidade está perdida, isso nós sabemos – a insegurança, todos os problemas que vemos. Por exemplo, o tráfico de drogas, a polícia enxugando gelo, situações de guerras como estão acontecendo nos bairros, com toque de recolher e, lamentavelmente, dependendo de

funcionários públicos que dão suas vidas. Os animais estão em uma situação pior ainda. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h22min.)

\* \* \* \* \*